

SUMÁRIO

<i>ABREVIATURAS</i>	5
<i>PREFÁCIO</i>	31
Parte I	
INTRODUÇÃO	33
1. Definição	33
2. Denominações	34
3. Funções do direito penal	35
4. Caracteres do direito penal.....	35
5. O método técnico-jurídico	37
6. Divisões do direito penal.....	38
7. Direito penal objetivo e subjetivo	39
8. Direito penal material e formal	40
ESCOLAS PENAIIS	40
1. Introdução	40
2. Escola Clássica.....	42
3. Escola Positiva	46
4. Paralelo entre a Escola Clássica e a Escola Positiva.....	51
5. Escolas Ecléticas	52
DIREITO PENAL DO INIMIGO	56
1. Introdução	56
2. Conceito	57
3. Fundamento.....	59
4. Fins do Direito Penal do Inimigo.....	60

5. Características	61
6. O Direito Penal do Inimigo no Brasil	62
FONTES DO DIREITO PENAL	63
1. Conceito	63
2. Fontes materiais	63
3. Fontes formais	64
3.1. Fontes formais mediatas	64
3.1.1. Costume	64
3.1.2. Princípios gerais do direito	65
3.1.3. Ato administrativo	66
3.1.4. Doutrina, jurisprudência e tratados	66
LEI PENAL	67
1. Introdução	67
2. Classificação das leis penais	68
3. Características	69
4. Destinatários da lei penal	70
5. Lei penal em branco	70
INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	71
1. Conceito e objeto	71
2. Interpretação quanto ao sujeito	72
3. Interpretação quanto aos métodos	74
4. Interpretação quanto ao resultado	75
5. O princípio <i>in dubio pro reo</i>	75
6. Interpretação progressiva	76
7. Interpretação analógica ou <i>intra legem</i>	76
8. Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica	77
ANALOGIA	77
1. Integração do ordenamento jurídico	77
2. Conceito e fundamento	78
3. Espécies de analogia	78

EQUIDADE	79
1. Introdução	79
2. A equidade na elaboração das leis	80
3. A equidade e a aplicação do direito	81
4. A equidade na interpretação das leis.....	82
5. A justiça alternativa	83
PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.....	84
1. Considerações preliminares	84
2. Exceções e reações ao princípio da reserva legal.....	85
3. Fundamento político	86
4. Fundamento jurídico. Princípio da taxatividade	87
5. O princípio da reserva legal e o tipo aberto	87
6. O princípio da reserva legal e a norma penal em branco	89
7. O princípio da reserva legal e as contravenções penais	90
8. O princípio da reserva legal e as penas	91
9. O princípio da reserva legal e o princípio da legalidade.....	91
10. O princípio da reserva legal e as medidas de segurança ...	91
11. O princípio da reserva legal e as espécies normativas	92
12. O princípio da reserva legal e as normas penais não incriminadoras.....	94
PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE	94
A LEI PENAL NO TEMPO	96
1. Nascimento, excoioriedade e obrigatoriedade da lei penal ...	96
2. Revogação da lei penal.....	97
3. Conflitos de leis penais no tempo	98
4. Lei benigna.....	101
5. Combinação de leis	101
6. <i>Novatio legis</i> incriminadora e <i>novatio legis in pejus</i>	102
LEI TEMPORÁRIA OU EXCEPCIONAL.....	104
1. Considerações gerais.....	104
2. As normas penais em branco e o direito intertemporal.....	106

TEMPO DO CRIME.....	107
1. Considerações gerais.....	107
2. Efeitos	109
LEI PENAL NO ESPAÇO	110
1. Direito penal internacional e direito internacional penal. Princípios	110
2. Princípio da territorialidade	112
3. Princípio da personalidade (ou da nacionalidade) e princí- pio do domicílio	113
4. Princípio da defesa	114
5. Princípio da justiça penal universal	115
6. Princípio da representação	115
7. Conceito de território	115
8. Lugar do crime (<i>locus delicti</i>).....	117
9. Extraterritorialidade (art. 7º do CP)	120
9.1. Extraterritorialidade incondicionada.....	121
9.2. Extraterritorialidade condicionada.....	122
10. <i>Non bis in idem</i>	125
11. Eficácia da sentença penal estrangeira.....	126
LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	129
1. Considerações iniciais.....	129
2. Imunidades diplomáticas e chefes de governo estrangeiro	129
3. Imunidades parlamentares	133
3.1. Espécies	133
3.2. Imunidades absolutas.....	133
3.3. Imunidades relativas	135
3.4. Imunidades de deputados estaduais	138
3.5. Imunidades dos vereadores	138
4. Imunidades do Presidente da República e de governadores de Estado.....	139
5. Extradicação	141
DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I.....	147
1. Contagem do prazo	147

2. Fração não computável da pena	148
3. Legislação especial	150

Parte II

TEORIA GERAL DO CRIME	153
1. Crime, delito e contravenção	153
2. A infração penal na teoria geral do direito.....	154
3. Ilícito penal e ilícito extrapenal (civil, administrativo e disciplinar)	155
4. Conceito de crime	156
5. Conceito formal	156
6. Conceito material	157
7. Conceito analítico	157
8. Teoria sintomática do crime	159
9. Teoria bipartida	159
OBJETO DO CRIME	161
1. Espécies	161
1.1. Objeto jurídico	161
1.2. Objeto material do crime	162
SUJEITO ATIVO DO CRIME.....	163
1. Conceito	163
2. Designações	164
3. Capacidade penal ativa.....	164
4. Imputabilidade e capacidade.....	164
5. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	165
SUJEITO PASSIVO DO CRIME	169
1. Conceito e designações	169
2. Prejudicado pelo crime	171
3. Sujeito passivo e objeto material	171
CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES.....	171
1. Crimes materiais, formais e de mera conduta.....	171
2. Crimes de dano e de perigo.....	172

3. Delitos instantâneos, permanentes e a prazo.....	173
4. Crimes comissivos e omissivos.....	174
5. Crimes comuns, próprios e de mão própria	175
6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	176
7. Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subje- tividade passiva	176
8. Crimes simples e complexos.....	177
9. Crimes monoofensivos e pluriofensivos	177
10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	177
11. Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	178
12. Crimes principais e acessórios	178
13. Crimes conexos e independentes	179
14. Crimes a distância, plurilocais e em trânsito	181
15. Crimes transeuntes e não transeuntes	181
16. Outros delitos	182
FATO TÍPICO	188
1. Conceito e caracteres	188
CONDUTA	189
1. Ideias gerais	189
2. Teoria naturalística.....	190
3. Teoria finalista.....	191
4. Teoria social da conduta.....	194
5. Teoria jurídico-penal da conduta.....	194
6. Características da conduta.....	196
7. Elementos da conduta	197
8. Ausência de conduta	198
9. Formas de conduta	200
9.1. Ação	201
9.2. Omissão	201
9.2.1. Omissivos próprios	201
9.2.2. Omissivos impróprios	202
9.2.2.1. O dever jurídico de agir	205
9.2.2.2. O poder de agir	208
RESULTADO.....	209

1. Noções gerais	209
2. Resultado normativo ou jurídico.....	209
3. Resultado naturalístico.....	210
4. O resultado nos crimes de perigo.....	213
DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	214
1. Introdução	214
2. Teorias	215
3. Teoria adotada.....	217
4. Exceção à teoria da <i>condictio sine qua non</i>	218
5. Causalidade das omissões.....	221
TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	224
RESUMO DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	234
TEORIA DO TIPO	236
1. Introdução	236
2. Tipo legal	237
3. Funções do tipo legal	237
4. Elementos do tipo legal.....	238
5. Elementos especiais do tipo.....	240
6. Tipo normal e tipo anormal.....	241
7. Tipo fundamental e tipo derivado	241
8. Tipo fechado e tipo aberto.....	242
9. Tipo simples e tipo misto	242
10. Tipo congruente e tipo incongruente.....	243
TEORIA DA TIPICIDADE.....	244
1. Introdução	244
2. Evolução doutrinária	244
3. Tipicidade e antijuridicidade.....	248
4. Ausência de tipicidade	248
5. Adequação típica.....	248
6. Distinção entre tipicidade e adequação típica.....	251

CONFLITO APARENTE DE NORMAS	251
1. Introdução	251
2. Conceito. Requisitos. Princípios	252
3. Princípio da especialidade.....	253
4. Princípio da subsidiariedade	254
5. Princípio da consunção	256
6. Crime conexo	260
7. Princípio da alternatividade	262
O DOLO.....	262
1. Introdução	262
2. Teorias do dolo.....	264
3. Conceito de dolo	264
4. Elementos do dolo.....	266
5. Espécies de dolo.....	268
5.1. Dolo direto de primeiro grau (determinado, intencional, incondicionado) e dolo indeterminado (indireto)	268
5.2. Dolo de dano e dolo de perigo	270
5.3. Dolo genérico e dolo específico.....	271
5.4. Dolo geral (<i>dolus generalis</i>) ou erro sucessivo.....	272
5.5. Dolo antecedente, concomitante e subseqüente.....	272
5.6. Dolo de propósito (ou refletido) e dolo de ímpeto (ou repentino).....	273
5.7. <i>Dolus bonus</i> e <i>dolus malus</i>	274
5.8. <i>Dolus in re ipsa</i> ou dolo presumido	274
5.9. Dolo direto de segundo grau ou dolo de conseqüências necessárias	275
6. Dolo civil.....	275
7. Posição do dolo na teoria geral do crime	275
8. Dolo e pena	276
CRIME CULPOSO.....	276
1. Conceito e elementos	276
1.1. Conduta inicial voluntária.....	277
1.2. Violação do dever de cuidado	278
1.3. Resultado involuntário	280
1.4. Nexo causal.....	281

1.5. Previsibilidade objetiva do resultado	281
1.6. Ausência de previsão.....	283
1.7. Tipicidade.....	283
2. Espécies de culpa	283
3. Culpa presumida (ou <i>in re ipsa</i>).....	285
4. Graus de culpa.....	285
5. Compensação de culpas	286
6. Concorrência de culpas	287
7. Caráter excepcional do crime culposos	287
8. Causas de exclusão da culpa	287
9. A culpabilidade nos crimes culposos	288
10. Crimes culposos de mera conduta.....	289
11. Crimes culposos de perigo	290
CRIME PRETERDOLOSO	291
1. <i>Versari in re illicita</i>	291
2. Conceito de crime preterdoloso ou preterintencional	291
ERRO DE TIPO	295
1. Conceito	295
2. Espécies	295
3. Efeitos	295
4. Erro de tipo e erro de fato	296
5. Erro determinado por terceiro.....	297
6. Discriminantes putativas	298
7. Erro acidental	299
CRIME CONSUMADO	304
1. Conceito	304
2. Delito cometido e delito consumado. Importância de um e de outro	304
3. Condição objetiva de punibilidade.....	305
4. Crime exaurido (ou esgotado).....	307
5. A consumação nas diversas espécies de crimes	308
FASES DA REALIZAÇÃO DO CRIME.....	309
1. <i>Iter criminis</i>	309

2. Cogitação	309
3. Atos preparatórios	310
4. Atos executórios	310
5. Distinção entre atos preparatórios e de execução	311
6. A posição do perigo no <i>iter criminis</i>	314
TENTATIVA	314
1. Conceito	314
2. Natureza jurídica	314
3. Elementos da tentativa	315
4. Punibilidade da tentativa	317
5. Inadmissibilidade da tentativa	318
6. Tentativa perfeita e imperfeita.....	321
7. Tentativa branca (ou incruenta).....	322
DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO	
EFICAZ.....	322
1. Conceito e distinção.....	322
2. Fundamento.....	323
3. Natureza jurídica.....	324
4. Desistência voluntária	325
5. Arrependimento eficaz ou resipiscência.....	328
6. A tentativa qualificada.....	329
7. A comunicabilidade da desistência voluntária e do arre- pendimento eficaz	330
ARREPENDIMENTO POSTERIOR OU PONTE DE PRATA	331
1. Conceito	331
2. Fundamento.....	331
3. Natureza jurídica.....	331
4. Requisitos.....	332
5. Comunicabilidade do art. 16 do Código Penal	334
6. Normas especiais sobre a reparação do dano.....	334
7. A Súmula 554 do STF.....	335
8. Arrependimento posterior e arrependimento eficaz	336

DELITO PUTATIVO	336
1. Conceito e espécies	336
2. Delito putativo por erro de proibição	337
3. Delito putativo por erro de tipo	337
4. Delito putativo por obra do agente provocador.....	337
CRIME IMPOSSÍVEL	339
1. Conceito e terminologia	339
2. Espécies	340
3. Diferença entre crime impossível e tentativa	340
4. Crime impossível e crime putativo.....	341
5. Natureza jurídica do crime impossível.....	342
6. Teorias.....	342
7. Crime impossível por ineficácia absoluta do meio	344
8. Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto	345
9. O delito de periculosidade	346
DA ANTIJURIDICIDADE.....	346
1. Conceito	346
2. Terminologia	348
3. Injusto	348
4. Caráter da antijuridicidade.....	348
5. Antijuridicidade genérica e específica	350
6. Causas de exclusão da ilicitude.....	351
7. Causas supraleais de exclusão da ilicitude.....	353
7.1. Princípio da adequação social.....	353
7.2. Princípio da insignificância (ou da bagatela).....	354
7.3. Princípio do balanço dos bens ou da proporcionalidade	355
7.4. Consentimento do ofendido	355
8. Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilicitude.....	356
ESTADO DE NECESSIDADE.....	358
1. Conceito	358
2. Natureza jurídica	359
3. Distinção entre estado de necessidade e legítima defesa.....	359

4. Requisitos do estado de necessidade	360
4.1. Perigo atual	361
4.2. Ameaça a direito próprio ou alheio	362
4.3. Perigo não provocado voluntariamente pelo agente	363
4.4. Inexistência do dever legal de enfrentar o perigo	365
5. O fato necessitado	367
6. Causa de redução de pena	369
7. Espécies de estado de necessidade.....	369
8. Estado de necessidade recíproco.....	370
9. Comunicabilidade do estado de necessidade	371
10. Reação contra a agressão de inimputável	371
11. Casos especiais de estado de necessidade.....	371
12. Estado de necessidade exculpante.....	372
13. Estado de necessidade contra coisas	372
DA LEGÍTIMA DEFESA	373
1. Fundamento.....	373
2. Natureza jurídica	374
3. Conceito e requisitos.....	374
4. Agressão injusta, atual ou iminente	375
5. Direito próprio ou alheio, atacado ou posto em perigo de agressão	376
6. Reação com os meios necessários.....	378
7. Uso moderado do meio	379
8. Provocação da agressão	380
9. Espécies de legítima defesa	381
10. Legítima defesa sucessiva	382
11. Legítima defesa recíproca	382
12. O delito culposo e a legítima defesa	383
13. Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i>	383
EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO.....	385
1. Introdução	385
2. Lesões em jogos esportivos.....	386
3. Intervenções médicas e cirúrgicas.....	387
4. Ofendículos	388

ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL	390
1. Conceito	390
DO EXCESSO PUNÍVEL	391
1. Considerações gerais	391
2. Conceito e espécies	391
3. Excesso intensivo e excesso extensivo	392
4. O excesso na legítima defesa	393
5. Quesitos sobre o excesso	393
6. O excesso no estado de necessidade	394
CULPABILIDADE	395
1. Introdução	395
2. Fundamento da culpabilidade	396
3. Conceito de culpabilidade	397
3.1. Teoria psicológica da culpabilidade	397
3.2. Teoria normativa da culpabilidade ou psicológico-	
-normativa	398
3.3. Teoria normativa pura da culpabilidade ou extrema	
ou estrita	400
3.4. Teoria limitada da culpabilidade	401
4. Princípio da culpabilidade	403
5. Culpabilidade de ato e de autor	403
6. Coculpabilidade	404
DA IMPUTABILIDADE	404
1. Conceito	404
2. Fundamento da imputabilidade	404
3. Imputabilidade e responsabilidade	405
4. Imputabilidade e capacidade	405
5. Causas de exclusão da imputabilidade	406
6. Sistemas de apuração da inimputabilidade	406
7. Momento de aferição da imputabilidade	408
8. Menoridade penal	408

9. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	409
9.1. Inimputabilidade por doença mental.....	410
9.2. Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado	410
9.3. Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto	411
10. Efeitos da inimputabilidade	411
11. Imputabilidade diminuída ou restrita.....	412
12. O sistema biopsicológico	414
 DA EMBRIAGUEZ.....	 416
1. Conceito	416
2. Alcoolismo agudo e alcoolismo crônico	416
3. Fases da embriaguez	417
4. Classificação da embriaguez	417
5. A situação da embriaguez perante o Código Penal	418
6. <i>Actio libera in causa</i>	418
7. Embriaguez acidental.....	423
8. Prova de embriaguez.....	423
 A EMOÇÃO E A PAIXÃO.....	 424
1. Conceito	424
2. Espécies	424
3. Efeitos	424
4. Outros efeitos.....	425
5. Emoção ou paixão patológica	425
 POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	 426
1. Introdução	426
2. Objetivo da consciência da ilicitude	426
 ERRO DE PROIBIÇÃO.....	 428
1. Introdução	428
2. Diferença entre erro de proibição e ignorância da lei.....	428
3. Conceito de erro de proibição.....	429

4. Distinção entre erro de tipo e erro de proibição.....	430
5. Erro de proibição escusável e inescusável	430
6. Espécies de erro de proibição	431
7. Discriminantes ou eximentes putativas	432
8. Erro de proibição e delito putativo por erro de proibição	434
9. O erro de tipo que recai sobre a ilicitude	434
10. Erro de compreensão.....	436
EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	436
1. A exigibilidade de conduta diversa	436
2. Causas supralegais de exclusão da culpabilidade	438
COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL	441
1. Conceito e espécies de coação	441
2. Fundamento.....	442
3. Requisitos.....	442
4. Efeitos	445
5. Entorpecentes e sugestão hipnótica	445
6. Temor reverencial.....	446
7. Diferença entre estado de necessidade e coação moral irresistível.....	446
OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA.....	447
1. Conceito	447
2. Fundamento.....	447
3. Natureza jurídica	448
4. Requisitos da ordem legal	448
CONCURSO DE AGENTES.....	450
1. Introdução	450
2. Concurso necessário e eventual	450
3. Autoria.....	451
4. Formas de concurso de agentes.....	453
5. Autoria mediata.....	455
6. Requisitos do concurso de agentes	457
6.1. Pluralidade de agentes culpáveis	457

6.2. Relevância causal das condutas	457
6.3. Vínculo subjetivo e normativo	459
6.4. Identidade de infrações penais para todos os agentes	461
7. Teorias da acessoriedade	463
8. Punibilidade	464
9. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os agentes	467
10. Participação impunível.....	470
11. Autoria colateral.....	470
12. Autoria incerta.....	471
13. Comunicabilidade das elementares e circunstâncias	472
14. Crime próprio.....	475
15. Casos de inadmissibilidade da coautoria	476

Parte III

SANÇÃO PENAL.....	479
1. Conceito e espécies.....	479
2. O princípio da intervenção mínima ou da necessidade.....	479
3. O princípio da alteridade ou transcendentalidade.....	481
DAS PENAS	481
1. Conceito	481
2. Teorias.....	481
3. A moderna visão do caráter preventivo das penas	482
4. Fundamento da pena	483
5. Finalidades da pena.....	484
6. Princípios ou caracteres da pena.....	484
CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS	487
1. Classificação doutrinária.....	487
2. Classificação constitucional das penas.....	488
3. Classificação das penas de acordo com o Código Penal.....	488
4. Classificação das penas quanto à sua aplicabilidade.....	488
DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	489
1. Conceito e espécies	489

2. Regimes ou sistemas penitenciários.....	489
3. Fixação do regime inicial da pena	489
3.1. Pena de reclusão.....	491
3.2. Pena de detenção.....	492
3.3. O réu reincidente.....	493
4. Distinção entre as penas de reclusão e de detenção.....	494
5. Delitos de regime fechado	494
6. Características dos regimes.....	495
7. Remição	497
8. Progressão de regimes.....	499
9. Execução provisória.....	501
10. Regressão	503
11. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	504
12. Detração	508
13. Superveniência de doença mental.....	510
14. Regime especial	510
15. Direitos dos presos.....	510
PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	511
1. Conceito e espécies	511
2. Critérios para aplicação.....	512
3. Momento da substituição	515
4. Conversão.....	515
5. Prestação pecuniária.....	516
6. Perda de bens e valores	522
7. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas...	525
8. Limitação de fim de semana	526
9. Interdição temporária de direitos	526
DA PENA DE MULTA	529
1. Conceito	529
2. A aplicação da pena de multa.....	529
3. Pagamento da multa.....	531
4. Suspensão da execução da multa	535
5. Multa substitutiva ou vicariante.....	535

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	536
1. Introdução	536
2. Princípios	537
3. Pressupostos de aplicação	538
4. Periculosidade. Conceito e espécies	539
5. Espécies de medidas de segurança.....	540
6. Imposição de medida de segurança.....	541
7. Execução da medida de segurança.....	542
8. Superveniência de doença mental	544
 DA COMINAÇÃO DAS PENAS	 544
1. Generalidades.....	544
 APLICAÇÃO DA PENA	 546
1. Conceito e pressupostos.....	546
2. Elementares e circunstâncias	546
3. Classificação das circunstâncias	547
4. Diferenças entre agravantes genéricas e causas de aumento de pena.....	547
5. Diferenças entre atenuantes genéricas e causas de diminuição de penas.....	548
6. Diferenças entre causas de aumento de penas e qualificadoras.....	548
7. A técnica de aplicação da pena	549
8. A fixação da pena-base.....	551
9. Circunstâncias agravantes	557
9.1. Motivo fútil ou torpe.....	559
9.2. Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime	560
9.3. Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa da vítima.....	560
9.4. Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum	561
9.5. Crime cometido contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	561

9.6. Abuso de autoridade e relações domésticas	562
9.7. Abuso de poder	563
9.8. Criança, idoso, enfermo ou mulher grávida.....	563
9.9. Proteção da autoridade.....	564
9.10. Calamidade pública ou desgraça particular	564
9.11. Embriaguez preordenada	564
10. Circunstâncias atenuantes	565
10.1. Menor de 21 anos e maior de 70 anos	566
10.2. Desconhecimento da lei	566
10.3. Motivo de relevante valor moral ou social.....	566
10.4. Arrependimento ou reparação do dano	567
10.5. Coação resistível, obediência hierárquica e violenta emoção	567
10.6. Confissão espontânea.....	568
10.7. Multidão em tumulto	569
11. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	570
12. Causas de aumento ou majorantes e de diminuição ou mi- norantes de penas	572
REINCIDÊNCIA	574
1. Conceito e pressuposto	574
2. Efeitos da reincidência	576
3. Espécies	576
4. Crimes militares e políticos	577
5. A duração da condenação anterior para efeito de reincidência ..	578
6. Primário, reincidente e tecnicamente primário	580
CONCURSO DE CRIMES	581
1. Conceito	581
2. Espécies	581
3. Sistemas de aplicação da pena	581
4. Concurso material	582
5. Concurso formal.....	584
6. Crime continuado.....	587
6.1. Conceito	587
6.2. Natureza jurídica.....	588
6.3. Pressupostos.....	589
6.4. Pluralidade de condutas	590

6.5. Pluralidade de crimes da mesma espécie.....	590
6.6. Conexão temporal.....	591
6.7. Conexão espacial.....	591
6.8. Conexão modal.....	591
6.9. Conexão ocasional.....	591
6.10. Espécies de crime continuado.....	592
6.11. Regras especiais.....	593
6.12. O momento da unificação.....	594
6.13. Consumação e tentativa.....	594
7. Multas no concurso de crimes.....	594
8. Limite das penas.....	595
9. Concurso de crimes e contravenção.....	597
10. Concurso de crimes e transação penal.....	597
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	598
1. Introdução.....	598
2. Sistemas.....	599
3. Conceito e natureza jurídica.....	600
4. Espécies.....	602
5. Momento da concessão do <i>sursis</i>	602
6. Requisitos.....	603
7. Condições.....	605
8. Período de prova.....	606
9. Fiscalização do <i>sursis</i>	607
10. Revogação.....	607
11. Cassação.....	610
12. <i>Sursis</i> sucessivos e simultâneos.....	611
13. Prorrogação do período de prova.....	611
14. Extinção da pena.....	612
15. Coisa julgada.....	613
16. O <i>sursis</i> ao estrangeiro.....	614
17. O <i>sursis</i> e os direitos políticos.....	614
18. Suspensão condicional do processo.....	614
LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	618
1. Conceito.....	618
2. Requisitos.....	619

3. Processamento do pedido de livramento.....	621
4. Período de prova e condições.....	622
5. Revogação obrigatória do livramento (art. 86)	623
6. Revogação facultativa (art. 87)	625
7. Prorrogação do período de prova.....	626
8. Extinção da pena.....	626
9. Livramento condicional em favor de estrangeiro.....	627
REABILITAÇÃO.....	627
1. Conceito	627
2. A reabilitação e o sigilo das condenações.....	627
3. A reabilitação e os efeitos secundários da condenação.....	628
4. Requisitos.....	628
5. Processamento da reabilitação	629
6. A reabilitação e a reincidência	629
EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	630
1. Conceito de condenação	630
2. Classificação dos efeitos da condenação.....	630
2.1. Efeitos principais	630
2.2. Efeitos secundários	631
2.2.1. Efeitos penais secundários.....	631
2.2.2. Efeitos extrapenais da condenação	631
3. A reparação civil do dano.....	632
4. Confisco	635
5. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	637
6. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	640
7. Inabilitação para dirigir veículo	640
AÇÃO PENAL.....	641
1. Conceito	641
2. Fundamento.....	641
3. Posição da matéria	641
4. A ação penal pública	642
5. A ação penal privada	642
6. Litisconsórcio ativo.....	643

7. Ação penal no crime complexo	644
DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	648
1. Conceito de punibilidade	648
2. O rol do art. 107 do CP	648
3. Efeitos	649
4. Crimes acessórios, complexos e conexos	650
MORTE DO AGENTE	652
1. Generalidades	652
2. Prova	653
3. Revisão criminal	654
DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO	654
1. Generalidades	654
2. Anistia	654
3. Indulto e graça	656
PERDÃO JUDICIAL	658
1. Conceito	658
2. Natureza jurídica	659
3. Efeitos	659
4. Distinção entre perdão judicial e escusa absolutória	660
5. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido	661
RETRATAÇÃO DO AGENTE	661
1. Conceito	661
2. Natureza jurídica	661
3. Oportunidade	662
4. Requisitos	662
RENÚNCIA E PERDÃO	662
1. Renúncia	662
1.1. Conceito	662
1.2. Natureza jurídica	662
1.3. Oportunidade	662

1.4. Espécies	663
1.5. Extensão	663
2. Perdão do ofendido	664
2.1. Conceito	664
2.2. Natureza jurídica	664
2.3. Oportunidade	664
2.4. Espécies	665
2.5. Extensão	665
DECADÊNCIA	666
1. Conceito	666
2. Natureza jurídica	666
3. Prazos decadenciais	666
4. Contagem do prazo	667
5. Titularidade do direito de queixa ou representação	667
PEREMPÇÃO	668
1. Conceito	668
2. Natureza jurídica	669
3. Causas de perempção	669
PRESCRIÇÃO	670
1. Conceito	670
2. Fundamento	670
3. Delitos imprescritíveis	671
4. Espécies de prescrição	672
5. Natureza jurídica	672
6. Efeitos	672
7. A posição da prescrição na teoria geral do direito	673
8. Distinção entre prescrição e decadência	674
9. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição da ação	674
9.1. Forma de contagem	674
9.2. Termo inicial	677
9.3. Períodos prescricionais	678
9.4. Impedimento e suspensão da prescrição	678
9.5. Interrupção da prescrição	680

10. Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	682
11. Prescrição da pretensão executória ou prescrição da condenação	682
11.1. Forma de contagem	682
11.2. Termo inicial.....	683
11.3. Interrupção da prescrição “executória” (art. 117, V e VI, do CP)	684
11.4. Incomunicabilidade da interrupção	685
11.5. Causa impeditiva da prescrição executória.....	685
11.6. A superveniência de doença mental	685
12. Prescrição superveniente ou intercorrente	686
12.1. Forma de contagem	686
12.2. Termo inicial.....	686
12.3. Modos de ocorrência	686
13. Prescrição retroativa.....	687
13.1. Forma de contagem	687
13.2. Termos iniciais.....	687
13.3. Pressuposto	688
13.4. Momento da decretação.....	688
13.5. Prescrição antecipada ou virtual ou retroativa em perspectiva	689
14. A prescrição da pena de multa	689
14.1. Prescrição punitiva propriamente dita	689
14.2. Prescrição executória, superveniente e retroativa....	689
14.3. Causas suspensivas e interruptivas	690
15. Prescrição no concurso de crimes	690
16. Prescrição e medida de segurança.....	691
17. A prescrição nos crimes falimentares	692
17.1. A prescrição na antiga Lei de Falências.....	692
17.2. A prescrição na nova Lei de Falências.....	693
<i>Bibliografia</i>	697